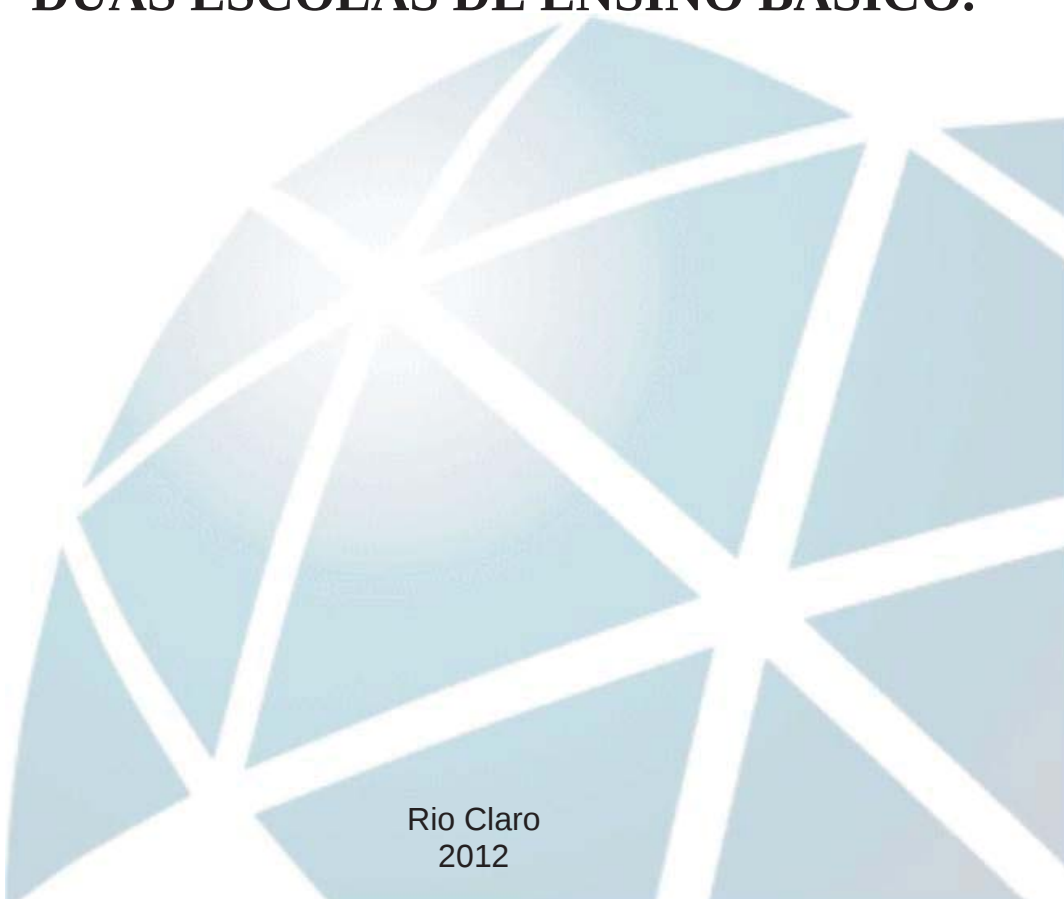

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARÍLIA FRASSETTO DE ARAÚJO

**O SABER FAZER DOCENTE NA
EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE EM
COIMBRA, PORTUGAL: A REALIDADE DE
DUAS ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO.**



Rio Claro
2012

Marília Frassetto de Araújo

**O Saber Fazer Docente na Educação para a Sexualidade em Coimbra,
Portugal: A Realidade de 02 Escolas de Ensino Básico.**

Orientadora: Profa. Dra. Célia Regina Rossi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Campus de Rio Claro, para obtenção do grau
de Licenciado em Pedagogia.

Rio Claro
2012

612.6 Araujo, Marília Frassetto de
A663s O saber fazer docente na educação para a sexualidade em
Coimbra, Portugal: a realidade de duas escolas de ensino
básico / de Marília Frassetto Araujo. - Rio Claro : [s.n.], 2012
30 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
Rio Claro
Orientador: Célia Regina Rossi

1. Educação sexual. 2. Relações de Gênero. 3. Políticas
Públicas. 4. Formação de Professores. I. Título.

Dedico este trabalho à minha mãe e à todos que contribuíram durante estes anos de
graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram comigo e que de alguma forma cooperaram e contribuíram para a minha formação nesses quatro anos de graduação. De maneira especial:

À Deus, pois sem Ele não sou nada.

À minha mãe pelas oportunidades e pelo apoio.

À minha orientadora Profa. Dra. Célia Regina Rossi, pois sem ela este trabalho não seria possível.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, por acreditar e financiar esta pesquisa.

Ao Thomas, pela paciência e compreensão que me ajudaram muito durante este percurso.

E, finalmente, às minhas amigas, Ana, Gabi, Leticia e Camila e também os outros colegas de sala, pois com nossos encontros sempre havia reflexões e novos conhecimentos para acrescentar não só na pesquisa, mas na vida toda.

À todos um agradecimento especial e o meu muito obrigado.

RESUMO

A pesquisa aborda o saber fazer docente em relação à forma como é trabalhada a educação para a sexualidade em duas escolas públicas de Coimbra – Portugal, com professores(as) de diferentes áreas do 3º Ciclo do Ensino Básico (ciências humanas, ciências exatas e ciências biológicas), que corresponde ao Ensino Fundamental II no Brasil. Utilizar-se-á como base a lei nº 60/2009 de 06 de agosto, regulamentada pela portaria 196-A de 09 de abril de 2010 do Ministério da Educação - Portugal, que estabelece a aplicação da educação sexual nos estabelecimentos de ensino básico e do ensino secundário de todo o país. Esta pesquisa é financiada pela FAPESP – Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, processo número 2011/12902-3. A pesquisa se pautou na abordagem qualitativa, optou-se por realizar estudos de caso e para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. A atuação do tema da sexualidade e relações de gênero na sala de aula portuguesa visa propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de maneira responsável, saudável e prazerosa. A lei pretende garantir que este trabalho se estabeleça na escola portuguesa de forma efetiva. Portanto, a trajetória de formação (inicial ou continuada) dos(as) professores(as), serão também foco desta pesquisa, para a compreensão de como e onde ela é construída e como estes atuam nas práticas cotidianas de sala de aula, com seus alunos com a temática da sexualidade e relações de gênero.

Palavras Chaves: Educação para a sexualidade. Políticas de formação de professores(as). Relações de gênero. Fazer docente. Legislação.

ABSTRACT

The research addresses the teacher know-how in relation to how it is crafted to education for sexuality in two public schools in Coimbra - Portugal, with teachers from different areas of the 3rd cycle of basic education (humanities, sciences and biological sciences), which corresponds to the Elementary School II in Brazil. It will be based on law 60/2009 of August 6, regulated by Decree 196-A of April 9, 2010 of the Ministry of Education - Portugal, which establishes the implementation of sexual education in primary and secondary schools across the country. This research is funded by FAPESP - Research Support Fund of the State of São Paulo, process number 2011/12902-3. The research was based on a qualitative approach, conducting case studies and using semistructured interviews for data collection. The performance of the topic of sexuality and gender relations at Portuguese's classroom aims to provide young people the opportunity to exercise their sexuality in a responsible, healthy and pleasurable way. The law seeks to ensure that this work is established in the Portuguese school effectively. Therefore, the trajectory of teachers formation (initial or continuing) will also be a focus of this research, to understand how and where it is built and how they act in their daily classroom practices, with their students the sexuality and gender relations.

Keywords: Sexuality education. Policies for teacher formation. Gender relations. Teacher's know how. Legislation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE EM PORTUGAL	9
3	DESCRIÇÃO DAS ESCOLAS.....	13
4	ABORDAGEM METODOLÓGICA	16
5	ANALISANDO OS DADOS	17
6	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	25
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

A educação para a sexualidade é um assunto que, de acordo com Fernandes (2006), desde a década de 80 passou a gerar preocupações. E, mais que isso, deu início a uma série de ações na sociedade portuguesa e nas políticas educativas do país.

Este artigo propõe problematizar e discutir a primeira parte de uma pesquisa intitulada “O fazer docente na educação para a sexualidade em Coimbra Portugal e Piracicaba – SP – Brasil: realidades de 04 escolas de ensino básico”, financiada pelo Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Foi realizada, em sua primeira parte, em Coimbra – Portugal, e contou com a orientação da Professora Doutora Célia Regina Rossi, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Instituto de Biociências – Departamento de Educação – campus de Rio Claro, SP e com a coorientação da Professora Doutora Filomena Teixeira, da ESEC – Escola Superior de Educação de Coimbra – Instituto Politécnico de Coimbra – Portugal.

A pesquisa ao encerrar seu olhar, observação, entrevista e trabalho em Portugal, recolheu os dados e os analisou, por meio de quadros subtraídos das falas dos(as) professores(as) de duas escolas de diferentes contextos da cidade de Coimbra - Portugal e discutiu as informações mais relevantes e os conteúdos mais pertinentes a fim de compreender o saber-fazer docente, tomando conhecimento de quais aspectos da educação para a sexualidade e relações de gênero eram mais beneficiados no dia-a-dia do(a) professor(a).

Para entendimento e problematização da pesquisa e suas análises, foram apresentadas a lei vigente em Portugal que estabelece a educação sexual nas escolas. Para tal a pesquisa se debruçou no contexto de duas escolas e entrevistou e analisou professores(as) de Ciências Humanas, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e a forma como eles(as) atuam tendo em vista suas posturas, suas formações, a forma como trabalham, como discorrem a temática da sexualidade e relações de gênero na instituição escolar que atuam, e suas considerações quanto às questões legais. Além disso, foram pontuados quais aspectos da educação para sexualidade, os professores(as) mais se beneficiaram na sala de aula, e como essas duas escolas perceberam, problematizaram e trabalharam sob a égide da lei em vigor sobre a educação sexual na escola de Portugal.

É importante ressaltar que, neste trabalho, as referências retiradas de documentos portugueses, tais como artigos de lei, foram redigidos com o português de Portugal, uma vez que, foram retirados na íntegra dos documentos pesquisados em Portugal. Além disso, foi utilizado “Ensino Básico”, como é chamado em Portugal, o ensino do 7º ao 9º ano, pelo fato de se tratar da realidade portuguesa. A pesquisa utilizou ainda SIDA – Síndrome de ImunoDeficiência Adquirida, como é chamada a AIDS – Acquired Immunodeficiency Syndrome em Portugal.

A pesquisa apontou alguns pontos muito diferentes do Brasil, no que tange a educação para a sexualidade, muito devido ao avanço da legislação atual portuguesa, diferentemente do Brasil, o que trás outra possibilidade de atuação do professor em sala de aula. O artigo apontará no decorrer de seu caminho estes pontos.

Para tal, o artigo começará por apontar a Legislação portuguesa.

2 EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE EM PORTUGAL

Em Portugal a primeira legislação sobre a Educação sexual nas Escolas se deu através da Lei 3/84, de 24 de março de 1984.

Esta lei define em seu artigo 1º que “*O Estado garante o direito à educação sexual, como componente do direito fundamental à educação*”. O artigo 2º decreta que “*Os programas escolares incluirão, de acordo com os diferentes níveis de ensino, conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humana, devendo contribuir para a superação das discriminações em razão do sexo e da divisão tradicional de funções entre mulher e homem.*” E, além disso, afirma que “*Será dispensada particular atenção à formação inicial e permanente dos docentes, por forma a dotá-los do conhecimento e da compreensão da problemática da educação sexual, em particular no que diz respeito aos jovens.*”

No entanto, essas ações previstas pela lei não foram colocadas em prática na época devido às circunstâncias sociais e políticas, logo, a educação sexual permanecia limitada à família e à igreja.

Segundo Soares (1985), “as primeiras informações que os jovens receberam no seio da família e da igreja estavam profundamente orientadas pela idéia de pecado, isto é, que o sexo levava em si perigos tão grandes que podia destruir o ser humano.”

O Ministério da Educação Português, após observar várias experiências de escolas que colocavam a temática da sexualidade em seus currículos, criou o despacho nº 09/ebs, partindo desta premissa, para que todas as escolas trabalhassem com atividades que privilegiassem a educação sexual, nas práticas de sala de aula.

Após este despacho, Portugal viveu muitas situações escolares com a temática da sexualidade na escola, forçando o Ministério da Educação introduzir a lei 46/86, que trata da criação da disciplina *Desenvolvimento Pessoal e Social* no currículo escolar dos alunos dos 2º e 3º ciclos, que abordava conteúdos referentes ao planejamento familiar, saúde e responsabilidade na sexualidade e a dimensão afetiva (MARQUES, 1990). Foram também introduzidos conteúdos relativos à reprodução humana, métodos contraceptivos e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, nos programas de Ciências da Natureza (2º ciclo) e Ciências Naturais/Biologia (3º ciclo e ensino secundário).

No ano de 1995, o governo criou a proposta “*Associação para o Planeamento da Família*”, a qual sugeria um projeto experimental de educação sexual em diversas escolas do país. O projeto ocorreu durante os anos letivos de 1995 A 1998 e tinha por finalidade trabalhar as questões relacionadas com os comportamentos sexuais dos jovens na escola. (FERNANDES, 2006)

Em 1998, foi criado o Despacho Conjunto nº 271/98 de 15 de Abril, “*com a finalidade de incrementar a Educação Sexual em Meio Escolar (...), foi criada uma equipa multidisciplinar e multisectorial constituída por elementos de reconhecido mérito, a qual foi responsável por um conjunto de iniciativas para a consolidação da intervenção em meio escolar.*” (Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular - DGIDC, 2005) O Ministério da Educação cria a seguir o documento das linhas orientadoras:

Educação Sexual em Meio Escolar, documento editado em Outubro de 2000 pelo Ministério da Saúde – Em decorrência destas ações surgem as resoluções do Conselho de Ministros do dia 21 de Outubro de 1998 (Resolução nº 124/98) definindo o *Plano de Acção Interministerial sobre Educação Sexual e Planeamento Familiar* e a outra da Assembleia da República do dia 2 de Novembro de 1998 (Resolução nº 51/98) sobre *Educação Sexual e Planeamento Familiar*. (FERNANDES, 2006, p. 47)

Com a finalidade de oferecer às instituições de ensino determinada autonomia, o Ministério da Educação cria o Decreto-Lei nº 115-A/98 de 04 de Maio estabelece *autonomia, administração dos estabelecimentos públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário*. Com isso, as escolas podiam adequar seus projetos educativos ao seu contexto e suas necessidades.

Já o Decreto-Lei 259/2000 de 17 de outubro vem para reforçar a educação para a sexualidade nas instituições escolares de Portugal. (FERNANDES, 2006, p. 49):

nos currículos com abordagens de carácter obrigatório; nos projectos educativos de cada escola integrando estratégias claras de promoção da saúde sexual em estreita articulação com as famílias e as entidades locais promotoras de saúde; nos projectos curriculares de cada turma compreendendo uma abordagem interdisciplinar da promoção da saúde sexual.

Todas as ações conjuntas vieram com o objetivo de assegurar à educação para a sexualidade associada a um desenvolvimento saudável dos alunos.

Com o Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de janeiro o Currículo do Ensino Básico é reestruturado e, com ele, a educação sexual passa a ser um tema transversal. Após alguns outros decretos de lei, foi elaborado o decreto de lei nº 60/2009 de 06 de agosto, regulamentado pela portaria 196-A de 09 de abril de 2010, que estabelece a aplicação da educação sexual nos estabelecimentos de ensino básico e do ensino secundário. Esta lei tem diversas finalidades, entre elas:

A valorização da sexualidade e afetividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa; O desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade; A redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e as infeções sexualmente transmissíveis; O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais; A valorização de uma sexualidade responsável e informada; A promoção da igualdade entre os sexos;

A lei 60/2009 também definiu a carga horária mínima da educação para a sexualidade dentro da instituição escolar. Dessa forma, definiu-se que deve ser adaptada a cada nível de ensino e a cada turma, não devendo ser inferior a 6 horas, para o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, nem inferior a 12 horas, para o 3.º ciclo do ensino básico e secundário, distribuídas de forma equilibrada pelos diversos períodos do ano letivo.

Em Portugal cada classe possui um(a) diretor(a) de turma, ou seja, um professor(a) responsável pela sala. Dentre várias funções, compete-lhe realizar um acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as).

O artigo 8º da lei 60/2009, estabelece que o “*diretor de turma, o professor responsável pela educação para a saúde e educação sexual, bem como todos os demais professores da turma envolvidos na educação sexual no âmbito da transversalidade, devem elaborar, no início do ano escolar, o projeto de educação sexual da turma.*”

O diretor de turma é responsável por ministrar as aulas de formação cívica, pertencente a uma área curricular não disciplinar, na qual ocorrem atividades e a elaboração de trabalhos sobre as diversas temáticas de “*Promoção e Educação para a Saúde*”, incluindo a educação para a sexualidade, o desenvolvimento equilibrado da sua

personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e do seu sentido de responsabilidade;

Portanto, percebe-se uma realidade preocupada e engajada quanto às questões da sexualidade das crianças e jovens, ainda que, mais focada a temática da saúde, tendo em vista que a primeira legislação envolvendo a temática surgiu relativamente cedo, em 1984 e, após ela, vários decretos lei e despachos foram criados visando à melhor forma de tratar a educação para a sexualidade no Ensino Básico e Secundário.

Para além da lei que estabelece a educação para a sexualidade, em algumas cidades de Portugal, entre elas Coimbra, existe também um trabalho avançado, com a educação sexual, o Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens – CAOJ – que foi criado em 2001 pela Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA”. Esta, por sua vez, criou um Projeto de Educação pelos Pares a fim de Promover a Educação para a Saúde nas escolas de 2.º e 3.º Ciclos.

Esse projeto consiste na intervenção quanto a Educação para a saúde, mais especificamente no âmbito da educação para a sexualidade, na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da SIDA em algumas escolas. Segundo o site¹ do projeto, a atuação do mesmo tem *“como denominador comum, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.”*

¹ <http://sites.google.com/site/filomenatx/caoj.coimbra.fpccs>

3 DESCRIÇÃO DAS ESCOLAS

A escola Rainha Santa Isabel é uma escola pública localizada na cidade de Coimbra, em Portugal. Ela atende desde o 1º Ciclo do Ensino Básico até o Secundário, o que corresponde no Brasil do 1º ao 9º ano e também o ensino médio.

A escola é composta, segundo os(as) professores(as) entrevistados(as), por muitos imigrantes, como os romenos e os cabo-verdianos, muitos dos quais, não possuem uma organização familiar nuclear².

Segundo o projeto educativo da escola *“a comunidade extra-escolar é constituída por um numeroso e heterogêneo agregado humano que sob o ponto de vista sociocultural apresenta uma variedade de características típicas das periferias urbanas. Apresenta um sector de população que se ocupa da agricultura tradicional e outro que se desloca diariamente para a prestação de serviços na cidade. O principal meio de subsistência das famílias é o trabalho assalariado ou independente do sector secundário e terciário.”*

A escola pertence ao TEIP, Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, criado pelo Ministério da Educação em 1996, Esse conceito – Despacho 147-B/ME/96 – consiste em uma medida de política educativa que,

prescreve uma intervenção num determinado espaço geográfico, administrativo e social de combate aos problemas de exclusão social e exclusão escolar. (BARBIERI, 2003, p. 1)

Os professores são muito engajados com os projetos realizados pela escola e são especialmente atenciosos com os alunos. Possuem uma relação bastante amigável e, segundo os mesmos, tentam envolver os alunos nas aulas e trazer os pais para participar mais ativamente na escola.

A escola possui um projeto intitulado *“Projecto da Saúde em Meio Escolar”*, que tem como eixo 04 temáticas: Alimentação Saudável e Atividade Física, Prevenção

² Família Nuclear corresponde a um modelo considerado adequado pela sociedade, ou seja, uma família monogâmica, composta de um pai provê todas as necessidades da família, uma mãe carinhosa e responsável pelo cuidado da casa e dos filhos e filhos alegres e despreocupados. E nesta organização tanto o pai quanto a mãe sentem profunda satisfação em exercerem sua função. Nesta organização há ausência de conflitos internos e externos. (DE MELLO, 2002, p.56)

do consumo de substâncias psicoativas, Sexualidade e Infecções Sexualmente Transmissíveis e Violência em Meio Escolar.

Segundo o site da escola, foi decidido atuar nessas 04 áreas após verificar a necessidade dos alunos. Com isso, perceberam comportamentos alimentares desajustados, consumos de substâncias como álcool e tabaco, falta de hábitos de higiene, informação bastante distorcida sobre sexualidade e as doenças sexualmente transmissíveis e a existência de casos esporádicos de *bullying*.

O projeto é colocado em prática em diferentes vertentes, dentro e fora da sala de aula.

Dentro da sala de aula, nas disciplinas curriculares, há a intervenção dos(as) professores(as) das diferentes áreas, quando considerado oportuno ou quando é estabelecido pelo programa, através das horas instituídas pela lei já citada a cima.

Já nas aulas de formação cívica e projeto, ocorre a realização de atividades e elaboração de trabalhos de acordo com as diversas temáticas de Promoção e Educação para a Saúde.

Fora da sala de aula, acontece através das parcerias que a escola faz com o centro de saúde, na qual profissionais de fora vem até a escola e dão palestras, e também com Organizações Não Governamentais – ONGs – que atuam nas escolas dinamizando atividades.

A Escola Martim de Freitas é uma escola pública da cidade de Coimbra, Portugal. A escola está localizada em uma área central da cidade, suas instalações demonstram excelente estado de conservação, e os espaços exteriores contribuem para que o espaço se torne muito agradável.

Os pais ou responsáveis pelos alunos apresentam, na sua maioria, elevados níveis de escolaridade, e boas condições sócio-econômicas. Segundo a direção da escola, os pais costumam comparecer e participar ativamente nas reuniões e conversas propostas pela escola.

A Diretora contou que cada turma possui um Diretor(a) responsável, denominado(a) “Diretor(a) de Turma” que, no caso, é um(a) professor(a). Assim, ele(a) é responsável por planejar juntamente ao(à) professor(a) de ciências da natureza para a forma como trabalharão a educação para a sexualidade durante o ano seguindo a aplicação da lei nº 60/2009 de 06 de agosto já citada e explicada a cima.

A diretora da escola ressaltou que a instituição está se adaptando a nova lei e que ainda nem todos os(as) professores(as) possuem formação para trabalhar o tema, então foi estabelecido que só os(as) professores(as) com formação para tal abordam o tema da sexualidade.

A escola possui um Projeto de Intervenção criado no ano 2009 e que é válido até o ano de 2013. Este projeto visa, entre outras coisas, *“promover o indivíduo, contribuir activamente para a igualdade de oportunidades, culturais e sociais, de modo a cultivar nos jovens o espírito de tolerância, solidariedade, responsabilidade, e participação democrática nas diferentes estruturas em que se assentam as sua vivencias quotidianas”*.

Através das diretrizes apresentadas pelo Projeto percebe-se uma instituição com identidade própria e autônoma. Relativamente à educação para a saúde, a escola propõe através desse projeto: *“o cultivo de boas práticas, que proporcione a informação necessária a tomada de decisões que facilitem escolhas saudáveis, ao nível da alimentação e do bem estar físico, e que proporcione uma educação para uma sexualidade consciente e esclarecida.”*

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Nesta pesquisa foi considerado de grande importância o ato de vivenciar aspectos do cotidiano do(a) professor(a) e da sua subjetividade. Deste modo, optou-se por trabalhar através de uma abordagem qualitativa, que possibilita a importância não só de quantificar dados, mas também de vivenciar aspectos da subjetividade dos professores, uma vez que a observação, o contato direto na escola com eles, e as entrevistas, abriram a escuta e os olhares da pesquisadora, para esta compreensão. além disso, foram utilizados estudos de caso, para que fosse possível a compreensão das complexidades situadas nos diferentes contextos das escolas: natural, social, econômico e cultural.

Para a coleta de dados foram utilizados elementos da abordagem qualitativa: a observação e a gravação das entrevistas semi estruturadas feita com os(as) protagonistas dessa pesquisa. Participaram desta entrevista cinco professores da escola Rainha Santa Isabel e cinco professores da escola Martim de Freitas.

Ao finalizar a pesquisa no campo, iniciou-se a análise dos dados coletados. As perguntas mais significativas da entrevista semi-estruturada nortearam a seleção das categorias, os quais geraram sub-categorias, que foram identificadas através das respostas dos protagonistas entrevistados.

Utilizar-se ou as iniciais das escolas para identificá-las durante a análise dos dados. Para a escola Rainha Santa Isabel será utilizado RSI e para a escola Martim de Freitas será utilizado MF.

5 ANALISANDO OS DADOS

Atualmente é possível entender que as pesquisas sobre formação de professores tem destacado a importância sobre a questão do saber fazer docente como algo relevante, opondo-se assim às abordagens que procuravam separar formação e prática cotidiana. (NUNES, 2001)

Assim, a pesquisa foi organizada com quadros subdivididos nas categorias, que foram elencadas para se extrair as subcategorias, que continham os discursos mais significativos das falas dos(as) professores(as) entrevistados(as).

Através desses quadros, foram tecidas diversas relações e considerações. Entre elas, foi possível verificar que, professores(as) os(as) quais passaram por formação para trabalhar a temática da sexualidade e relações de gênero, possuíam mais segurança, desenvoltura, e eram mais adeptos(as) e receptivos(as), quanto as questões levantadas pela entrevista semi-estruturada. Enquanto os(as) que não possuíam formação inicial ou continuada, demonstravam certa resistência para falar do assunto. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da “norma”. (LOURO, 2001, p. 89).

Todos os(as) docentes entrevistados(as) afirmaram conhecer o decreto lei nº 60/2009, que estabelece a educação para a sexualidade nas escolas portuguesas e reconheceram sua importância, entretanto, como será possível observar adiante, nem todos se afirmaram se sentir aptos(as) e também disseram não ter formação suficiente para trabalhar a temática.

Para Osório (1992), a sexualidade se insere durante a adolescência, fase em que a personalidade está em sua etapa final de estruturação. Nesse processo a sexualidade age como um elemento estruturador da identidade do(a) adolescente. Daí a necessidade de docentes formados(as) para trabalhar com sexualidade e relações de gênero.

Outro fator importante é demonstrado na Categoria “Significado e Importância da Sexualidade e das Relações de Gênero”, na qual houve diferentes e ambíguas respostas.

Percebe-se que os(as) professores(as) da Escola RSI concordaram na importância da educação para a sexualidade, e que este é um tema que todos podem e devem tratar, de acordo com a disciplina e as oportunidades de se tocar no assunto.

Além disso, é bastante falado na questão dos afetos, da família, dos amigos, o que demonstrou que os(as) docentes eram fortemente ligados(as) a realidade da escola e inseridos(as) e adaptados(as) ao seu contexto, já descrito anteriormente.

Segundo Souza (1991, p.18), educação para sexualidade é “Oferecer condições para que um ser assuma seu corpo e sua sexualidade com atitudes positivas, livre de medo e culpa, preconceito, vergonha, bloqueios”.

Já na escola MF, os(as) professores(as) também relataram abordar a importância do assunto, entretanto, a maioria afirmou não se sentir preparada para falar sobre a temática, e afirmaram também acreditar que o mais indicado seria que eles(as) tivessem uma formação adequada, para tal trabalho, ou então que os(as) professores(as) de ciências fossem os(as) únicos(as) a trabalhar a educação para a sexualidade.

Consoante Suplicy (1998, p.8), “o trabalho de educação sexual dentro de um processo educativo e ético pode ser exercido, desde que educador e educando pensem e escolham livremente como sujeito da própria ação”. O que, segundo os elementos contidos no quadro, não estaria acontecendo, uma vez que, os(as) professores(as) não estavam sendo sujeitos dos conhecimentos apreendidos, por não se sentirem aptos(as) para tal.

Quanto às relações de gênero, em ambas as escolas, foi possível perceber que somente os(as) professores(as) na área das ciências e alguns(as) na área de humanas é que abordavam o assunto.

Vianna e Unbehaum (2004, p.79) apontam que:

Nas escolas, as relações de gênero também ganham pouca relevância entre educadores e educadoras, assim como no conteúdo dos cursos de formação docente. Ainda temos os olhos pouco treinados para ver as dimensões de gênero no dia a dia escolar, talvez pela dificuldade de trazer para o centro das reflexões não apenas as desigualdades entre os sexos, mas também os significados de gênero subjacentes a essas desigualdades e pouco contemplados pelas políticas públicas que ordenam o sistema educacional.

Também é importante que os(as) docentes não debrucem-se somente em torno das questões biológicas. De acordo com Sabat (2001), as questões biológicas são o que

motivam a existência de figuras sociais pré determinadas, do que homens e mulheres necessariamente tenham que desempenhar na sociedade.

Para Costa e Ribeiro (2008), quando docentes “optam por discutir as questões sexuais em aulas de educação física e ciências, remete à idéia de que a sexualidade é essencialmente biológica, sendo que, ela está somente voltada para a prevenção de doenças sexuais e reprodução humana”.

Guacira Louro (1997, p. 21) afirma que,

é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas, que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico.

Na escola MF o(a) professor(a) de ciências ressaltou que não se pode ter a mentalidade de que a mulher não pode fazer algo ou que tal atividade seja restrita ao homem, dessa forma, ele(a) buscava garantir a igualdade de gênero com seus alunos e alunas.

Dinis e Cavalcanti (2008) apontam que durante um longo período a escola conservou uma educação sexista, na qual havia escolas que eram destinadas somente para meninas ou somente para meninos. Entretanto, “o fato de o ensino ter se tornado misto leva qualquer observador ingênuo a acreditar que a escola aboliu a discriminação sexista.” (MORENO, 1999, p. 37)

No ensino misto que se dá precisamente o surgimento dos processos de discriminação e de exclusão entre os gêneros, uma vez que, estas crianças de diferentes gêneros não podem expressar o mesmo comportamento, brincar das mesmas coisas, ter determinada cor como preferida, além da linguagem, que é sempre escrita no masculino e plural. (DINIS E CAVALCANTI, 2008)

As relações de gênero na escola tem pouco espaço, no trabalho com os(as) alunos(as), tal conceito é pouco valorizado e pode-se afirmar que é pouco reconhecido, que muitas vezes o(a) professor(a) não enxerga essas questões, por isso não as aborda.

No Quadro 4, o qual tem por categoria a Formação em Sexualidade nota-se que “a partir do momento em que se inicia o ensino do conteúdo de sexualidade, surge, paralelamente, a necessidade de buscar formas mais adequadas para o ensino desse

conteúdo devido às particularidades que ele impõe”. (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 78)

Quanto a formação inicial ou contínua, os(as) professores(as) das ciências exatas nunca tiveram qualquer tipo de formação, e costumavam trabalhar com o auxílio do CAOJ, nas aulas de formação cívica.

Observou-se também que a maioria dos(as) professores(as) da área de humanas tiveram uma formação mais completa, segundo eles(as) mesmos(as). Já área de ciências biológicas, os(as) professores(as) afirmaram ter recebido a formação durante a graduação.

Através dos discursos dos(as) protagonistas foi possível observar que a escola RSI realizou algumas parcerias e os(as) docentes se envolveram mais com a temática, tiveram mais formação e, de maneira geral, se sentiram mais preparados(as) para trabalhar o tema.

Enquanto os(as) professores(as) da MF tiveram apenas algumas horas de formação oferecida pela escola e não consideraram como sendo suficiente para suprir as necessidades dos(as) alunos(as).

Também houve professores(as) que admitiram que o tema da sexualidade aparecia em suas aulas, mas que sentiam dificuldade em trabalhá-lo devido a pouca formação.

Pelas análises evidencia-se que os(as) professores(as) trazem um conhecimento, uma experiência, que forma sua identidade e este conhecimento somado a formação torna um saber único, original, permeado de crenças, valores, moral, então, fica clara a importância das formações, inicial ou continuada, para que as crenças pessoais, os tabus, os valores, a moral, não influenciem sua atuação na sala de aula e nem os(as) torne resistente aos novos saberes, projetos e formas de intervir. Sendo assim, é importante reconhecer que existe a pluralidade e a heterogeneidade dos(as) professores(as) por conta das diferentes vivências.

Segundo Tardif (1991, p. 234),

o(a)s professor(a)s tentam transformar suas relações de exterioridade com os saberes em relações de interioridade com sua própria prática. Nesse sentido os saberes da experiência não são saberes como os demais, eles são, ao contrário, formados de todos os demais,

porém retraduzidos, "polidos" e submetidos às certezas construídas na prática e no vivido.

Essa tendência de transformar os saberes pode ser relevante ou irrelevante, por que, o(a) professor(a) pode ter uma visão mais abrangente e sem preconceitos, ou então ao contrário, ser carregado de estereótipos e acabar por incutir nos(as) alunos(as) sua forma de pensar. Reforça-se assim, a importância da formação inicial ou contínua para o saber fazer docente.

Na categoria “Sexualidade e Relações de Gênero nas Disciplinas”, os(as) professores(as) relataram brevemente a forma como introduziam os assuntos em sala de aula, quando se tratava de sua disciplina específica. Foi possível perceber que muito das ações que se viu na escola sobre a educação para sexualidade, costumavam levar em conta somente comportamentos de risco e gravidez na adolescência, ou seja, a temática era trabalhada como uma “prática cercada de perigos” (CASTRO, 2009, p. 5).

É significativo perceber como as disciplinas de humanas e exatas envolviam as questões referentes à sexualidade, reafirmando que não é somente nas disciplinas de ciências que é possível tratar o assunto.

Segundo, Costa e Ribeiro (2008), “a sexualidade se constitui mais como um elemento em transformação, cuja base, a cultura, a coloca em contato constante com instituições e discursos historicamente construídos”. Com esta afirmação, entende-se a sexualidade como um tema transversal, passível de ser discutido em qualquer disciplina, que depende somente da habilidade e da forma como o(a) professor(a) conduz.

Sobre a categoria “Aspectos da Sexualidade na sala de aula”, Barcelos (1996, p. 151) afirma que “os educadores, em sua maioria, continuam tratando o assunto apenas nos aspectos biológicos, ou no máximo, convidam um palestrante médico para isso”.

No entanto, através dos quadros, o que foi possível perceber é que os(as) professores(as) de ciências humanas e de ciências exatas, quando tinham oportunidade em sua disciplina ou durante a aula que ministravam de formação cívica, trabalhavam muito sobre a questão dos afetos, exploravam os sentimentos de amor, amizade, do respeito mútuo, a aceitação de si mesmo e do próximo e almejavam mostrar que sexualidade não é somente sexo, que é uma vivência, que tudo envolve sexualidade.

Levando em conta os elementos mais significativos presentes nos quadros analisados e refletindo sobre o saber fazer docente, pode se afirmar que esses(as) professores(as)

[...] revelaram que esse interesse relaciona-se ao reconhecimento das necessidades evidenciadas pelos alunos de discutirem sobre sexualidade e, também, à crença de que esse conteúdo ajudará na formação de indivíduos capazes de tomadas de decisões adequadas a um desenvolvimento biopsicossocial saudável. Outro aspecto que também as influenciou a ensinarem esse conteúdo foi a disposição para um repensar de suas próprias vidas. Assim, mesmo sem possuir uma formação específica para o ensino de tal conteúdo, elas vislubraram a possibilidade de ministrar aulas eficazes devido à experiência de ensino que já possuíam. (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 80)

E, certamente, quando os(as) professores(as) começam a trabalhar esse tópico, percebem o quanto é necessário procurar informações, se atualizarem e passam a buscar palestras, trocar informações com professores(as) que também trabalham esse tema, e esse incentivo surge das próprias situações levantadas em sala de aula. Essa é uma busca interminável, pois sempre estão a surgir novos métodos, novos materiais e o(a) professor(a) tem que buscar o que mais se adéqua a sua realidade.

A fim de exemplificar as situações ocorridas na sala de aula, a categoria 7 diz respeito a “Situação Referente a Sexualidade na Sala de Aula”, na qual os(as) professores(as) contaram se houve ou não e o que apareceu de relevante sobre o tema em suas aulas, levando em conta as reações dos(as) alunos(as).

Os(as) professores(as) demonstraram levar muito em consideração o relacionamento dos(as) alunos(as), e se havia algum desentendimento ou qualquer tipo de tentativa de *bullying*, eles(as) procuravam resolver problematizando, e nesse momento, segundo eles(as), era possível discutir as relações de gênero, os afetos, a amizade, questões envolvidas quando o tema era sexualidade.

Quando havia uma situação mais delicada, que não podia ser discutida com a sala toda, foi percebido um grande empenho por parte da escola em chamar os(as) alunos(as) envolvidos para o diálogo, sem reprimi-los(as), somente explicando sobre as atitudes tomadas.

[...] à medida que as professoras vão conhecendo o conteúdo de Sexualidade, elas começam a organizá-lo de maneira a torná-lo mais acessível ao aluno, ou seja, as professoras transformam o conteúdo, criando

representações com a finalidade de ensinar, a partir das interações que surgem na sua prática. Durante as aulas, é possível acontecer a vivência de teatros, debates, o uso de artigos para subsidiar a realização de trabalhos, a exibição de filmes e várias outras formas que elas supõem serem adequadas ao conteúdo ensinado. É na tentativa de acertar a melhor forma de ensinar que elas cometem erros, porém existe reflexão sobre esses erros e eles são considerados no planejamento de novas aulas. (CARVALHO e SILVA, 2005 p. 80).

Então, através das tentativas de se trabalhar com as reações, com o *feedback* dado pelos(as) alunos(as), os(as) docentes adquirem prática e acabam por aprimorar seu conhecimento nesse assunto, além de poder utilizá-lo como forma de programação para as próximas aulas.

Na categoria “temas de sexualidade na escola”, Vitiello (1994, p. 209) complementa dizendo que as aulas de educação para a sexualidade devem ser ministradas por meio de metodologias participativas e dialógicas, baseadas na realidade sociocultural, desenvolvida com criatividade, intimista e lúdica.

Confirmando o que diz esse autor (1994), alguns(as) professores(as), mais precisamente da área de humanas da escola RSI, demonstraram ter uma sensibilidade maior, para com a realidade dos(as) alunos(as), relataram a violência no namoro, as relações afetivas e comportamentais, a inter-ajuda como temas importantes para se trabalhar especificamente com aquelas salas de aula, quando os assuntos eram de acordo com o contexto, com a prioridade dos(as) alunos(as).

A grande maioria também relatou a importância de se trabalhar com os(as) alunos(as) os métodos contraceptivos, informações a respeito da SIDA e alterações do corpo.

Já o(a) professor(a) de história e o(a) professor(a) de ciências da MF também deixam claro que valorizam as diferenças de gênero, tema que por vezes é esquecido como integrante da educação para a sexualidade.

Louro (1997, p. 66) fala sobre as questões de gênero nos anos de escolarização e reafirma a importância de se trabalhar em sala:

É impossível esquecer que uma das primeiras e mais sólidas aprendizagens de uma menina, na escola, consiste em saber que, sempre que a professora disser

que "os alunos que acabarem a tarefa podem ir para o recreio", ela deve se sentir incluída. Mas ela está sendo, efetivamente, incluída ou escondida nessa fala? Provavelmente, é impossível avaliar todas as implicações dessa aprendizagem; mas é razoável afirmar que ela é, quase sempre, muito duradoura.

Portanto, percebe-se que é impossível desvincular sexualidade e gênero da escola, são temas interligados, uma vez que a sexualidade está diretamente ligada as questões de gênero construídas historicamente. Por isso os temas devem estar presentes na sala de aula, junto com professores(as) aptos(as) e com formação para trabalhar a temática da melhor forma possível e de acordo com o contexto da turma e a realidade dos(as) alunos(as), contextualizando e trazendo para tal, os conhecimentos que a escola transita no cotidiano de suas práticas de sala de aula.

6 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A sexualidade integra a vida de todas as pessoas, é universal e, ao mesmo tempo, única para cada indivíduo. Engloba aspectos individuais, sociais, psíquicos e culturais impregnadas de historicidade, práticas, atitudes e simbolizações. (RESSEL & GUALDA, 2003)

Nota-se o valor de se trabalhar cada turma como uma turma única e peculiar, levando em consideração seu contexto familiar, econômico, histórico, educacional, social, fatores estes que, influenciam a forma como o(a) aluno(a) traz e interiorizará a sexualidade e a forma como o(a) professor(a) deverá abordar o tema.

Através das categorias analisadas pode-se desvelar que o saber fazer docente da educação para a sexualidade nas escolas Rainha Santa Isabel e Martim de Freitas, em Coimbra, Portugal está pautado na busca de novos saberes, de novos significados, de novas cartografias que se (re)constroem cotidianamente, por meio de novo fazer docente, empurrados, seja pela legislação vigente, ou ainda, pela atuação do CAOJ, mas o mais significativo, é a possibilidade do professor atrever-se na busca de novas subjetividades, para uma melhor compreensão da sexualidade e das relações de gênero. Outro ponto a destacar é que a maioria dos(as) professores(as) considerava o tema muito importante, e trabalhavam a educação para a sexualidade com seus(as) alunos(as) nas aulas de formação cívica e também sempre que havia oportunidade em sua disciplina específica.

Mas a pesquisa apontou que muitos professores se ressentem em trabalhar com a temática da sexualidade, por não se sentirem completamente preparados(as) para tal feito, mas mesmo assim atuam, por sentirem a necessidade de possibilitar outros olhares sobre a temática aos(às) alunos(as).

Como já foi apontando anteriormente, a atuação do CAOJ, ajudou professores(as) que não possuíam formação adequada, a adquirir através da experiência adquirida com o grupo.

Os(as) professores(as) que referiram atitudes mais positivas quanto à temática são os(as) que participaram de formações, os(as) que já realizaram atividades e dinâmicas sobre sexualidade em suas aulas, os(as) que são mais engajados nos projetos de intervenção e conhecem mais sobre a realidade da escola e dos(as) alunos(as).

Os dados obtidos aqui não devem ser generalizados para todas as escolas conimbrienses, uma vez que somente duas escolas serviram de amostragem.

Além disso, os dados demonstraram que as atitudes dos(as) professores(as) na sala de aula podem variar, ou seja, são passíveis de mudanças, tendo em vista que podem decorrer de variáveis como, maior nível de formação, maior envolvimento com os(as) alunos(as), maior experiência e com o fato de adquirir mais prática ao decorrer dos anos, é um saber fazer que tende a progredir.

Entre as áreas de ciências humanas, biológicas e exatas, percebeu-se que na área de humanas o trabalho era muito bem elaborado, os(as) docentes estavam preparados(as), e abordaram o assunto com naturalidade, interligando as relações de gênero com a temática da sexualidade.

Na área de biológicas, os(as) docentes já haviam tido formação durante a graduação no que se trata de reprodução, corpo humano, métodos contraceptivos, entre outros, então já possuíam determinada familiaridade com o tema. Sobre as outras questões que a sexualidade envolve como afetos, amizade, gênero, entre outros, eles(as) tratavam também com bastante responsabilidade.

Na área de exatas os(as) professores(as) responsáveis pelas disciplinas também consideravam o assunto importante e um(a) deles(as) contou conseguir relacionar um assunto da matemática com um assunto referente a sexualidade.

Através da análise dos dados percebeu-se como é complexo o saber-fazer docente, e que nas duas escolas de Coimbra o trabalho vem sendo desempenhado com competência, responsabilidade e busca de novas práticas. Entretanto, a maioria dos(as) professores(as) gostaria de ter uma formação mais adequada para abordar a temática, devido o assunto ser rodeado de preconceitos, tabus e equívocos.

É imprescindível pontuar que os “sucessos e fracassos” em relação ao trabalho com a temática no contexto escolar são parte do processo de mudança histórica e cultural, que sobrecaem ainda no(a) professor(a). Para que haja um trabalho na escola com a temática da sexualidade e relações de gênero, são necessárias mudanças no que se refere às questões como: ampliação do financiamento educacional; melhoria de condições de trabalho dos/as professores/as e demais profissionais; carga horária efetiva destinada para planejamento, elaboração de material, reflexão, formação, formação inicial que contemple estas temáticas, articuladas as outras temáticas que surgem na

escola; formação continuada, para atender a demanda da comunidade que urge por este tema.

Vale enfatizar, que a educação sexual é uma temática social urgente, mas deve ocorrer por meio de um trabalho durante toda a vida, começando pela família e por toda a seriação escolar, contínua, sistemática e crítica, para que os jovens possam ressignificar de maneira criteriosa e autônoma as questões com as quais se deparam durante toda sua vida.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA PEDRULHA. Disponível em:
<<http://www.aepedrulha.com/index.php>> Último acesso em 31 de janeiro de 2012.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARTIM DE FREITAS. Disponível em:
<<http://www.agrupamentomartimdefreitas.com>> Último acesso: 30 de janeiro de 2012.

BARBIERI, H. **Os TEIP, o projecto educativo e a emergência de "perfis de território"**. Escola e Territórios - Revista Educação Sociedade e Culturas, 2003

BARCELOS, N. S. *et al.* Educação sexual: relato de uma experiência. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 7, p. 150-160, 1996.

CAOJ COIMBRA. Disponível em:
<<http://sites.google.com/site/filomenatx/caoj.coimbra.fpccs>> Último acesso: 03 de fevereiro de 2012.

CARVALHO, W. L. P. & SILVA, M. P. O desenvolvimento do conhecimento pedagógico do conteúdo de sexualidade na vivência das professoras. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 1, p. 73-82, 2005

CASTRO, R. P. de. **Professores(as), sexualidade e educação sexual: produzindo sujeitos nos contextos do Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS)**. In: 31ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu 2008.

COSTA, A. P.; RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade e Relações de Gênero: a formação docente em questão. **Gênero e sexualidade nas práticas escolares**, São Paulo, 2008.

DE MELLO, S. L. **Perspectiva Teórica e Observação factual**. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) *A Família Contemporânea em Debate*. 4ª Edição. São Paulo, Cortez, 2002

Decreto-Lei nº 115/98 de 04 de Maio aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

DINIS, N. F.; CAVALCANTI, R. F. **Discurso sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia**. *Pro-Posições*. v. 19, n-2 (56). 2008

FERNANES, A. M. **Projecto SER MAIS – Educação para Sexualidade Online**. Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 2006

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **O currículo e as diferenças sexuais e de gênero**. In: COSTA, M.V. (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 85-92, 2001.

MARQUES, R. **Educação Cívica e Desenvolvimento Pessoal e Social – Objectivos, Conteúdos e Métodos**. Testo Editora, Lisboa, 1990.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 1999

NUNES, C. M. F. **Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira**. *Educ. Soc.* [online]. 2001, vol.22, n.74, pp. 27-42. ISSN 0101-7330. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000100003>> Último acesso: 25 de setembro de 2012.

OSÓRIO, L. C. **Adolescente hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

Portugal. Diário da República, 1.ª série — N.º 151 — 06 de Agosto de 2009. Disponível em: <<http://dre.pt/pdf1s/2009/08/15100/0509705098.pdf>> Último acesso: 23 de setembro de 2011.

RESSEL, L. B.; GUALDA, D. M. R. **A sexualidade como uma construção cultural: reflexões sobre preconceitos e mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais**. *Rev. Esc. Enferm*, 2003

SABAT, R. **Pedagogia cultural, gênero e sexualidade**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 04-21. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100002>. Último acesso: 6 de agosto de 2012.

SOARES, M. G. **Educação Sexual na Escola: Percepção de Pais, Alunos e Educadores; Sugestão de Programa**. Dissertação de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1985.

SOUZA, H. P. **Convivendo com seu sexo: pais e professores**. Ed. Paulinas: São Paulo, 1991.

SUPLICY, M. **Sexo para Adolescentes: amor, puberdade, masturbação, homossexualidade, anticoncepção, DST/AIDS, drogas**. Ed. Atualizada. – São Paulo: FTD, 1998.

TARDIF, M.; LESSARD & LAHAYE. **Os professores face ao saber: Esboço de uma problemática do saber docente.** Teoria & Educação nº 4, Porto Alegre: Pannônica, 1991.

VAZ, J. M. (coordenador). **Educação Sexual na Escola**, Universidade Aberta, Lisboa, 1996.

VIANNA, C. P. & UNBEHAUM, S. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002.** Cad. Pesquisa. 2004, vol.34, n.121, p. 77-104.

VITIELLO, N. **Reprodução e sexualidade.** Um manual para educadores. São Paulo: CEICH, 1994.